



HISTÓRIA E QUESTÃO AMBIENTAL: APONTAMENTOS

VIESTEL, Roberto Marin¹

Resumo

O presente texto fala sobre a importância da ciência histórica para a questão ambiental (entre elas a própria educação ambiental), mostrando que tais questões são de fundo político-sociais, um problema da relação entre o homem e a natureza e entre os próprios homens (homem-homem).

Palavras-chave: Questão ambiental; História; Educação Ambiental.

Introdução

Os meios de comunicação, de maneira geral, banalizaram a violência. Não nos chocamos mais com tirosⁱ, espancamentos, corre-corre e pancadarias: é a ‘modernidade’ tão prometida do mundo globalizado e neoliberal, ‘civilizado e industrializado’. Assim, também, é feito com a questão ambiental, que é banalizada no seu cotidiano. Diariamente reunimos uns cem números de informações alarmistas que nos chamam para a preocupação do fim do planeta. Manchetes do tipo: “cientistas dizem que a Floresta Amazônica é o pulmão do mundo”, “Devemos preservar o Mico Leão – dourado que está em extinção”, etc., habitam o dia – a – dia de todos os meios de comunicação de tal maneira que não nos desperta a atenção para o fim eminente de determinado ecossistema ou mesmo do planeta. A informação ambiental é vazia em seu discurso educacional, e, nesse sentido, nada tem a contribuir para os sistemas de vida. É nesse contexto conservacionista – reivindicado por diversos grupos de interesses - que emerge a chamada questão ambiental. E emerge apenas recentemente (nos anos 60 nos países do 1º mundo e, nos anos 80, nos países explorados de “3º mundo”, para pontuar bem e não compactuar com essa farsa de “país em desenvolvimento”) porque o homem aumentou infinitamente sua capacidade de destruição. Nunca na História da Humanidade foi tão fácil exaurir os recursos naturais, com uma velocidade alarmante. Dessa maneira, passou a ser necessário discutir os problemas relacionados ao meio ambiente.

Se por um lado os meios de comunicação – e a televisão em particular – nos alertam para os ‘perigos ambientais’ – conscientemente colocados ou não, por outro lado, deixam de

¹ Instituto Federal Goiano – Campus Iporá. Professor de História (História/UFOP e Mestre em Educação/Unimep). rmarinviestel@yahoo.com



informar, conscientemente, as causas estruturais que levaram a “x” ou “y” acontecimento ambiental. Um bom exemplo poderia ser dado com o seguinte fato: nunca vimos ou ouvimos algum telejornal ou vídeo de educação ambiental dar a seguinte notícia:

Com 13% da população mundial, os países capitalistas industrializados consomem 87% dos recursos energéticos. Apropriam - se da metade da pesca mundial, não deixando para o Terceiro Mundo mais do que a quinta parte. Eles utilizam para se alimentar, 20% das superfícies agrícolas do globo além das suas próprias. Estabelecem no Sahel, em plena fome, uma criação de 150.000 hectares que deve fornecer carne à Europa. Dão 2/3 da colheita mundial de soja a seus animais, enquanto a soja é o primeiro alimento proteínico para um bilhão de habitantes da Ásia. Afirmando que a hidrosfera e a atmosfera serão envenenados pelos resíduos dos 8, 12 ou 16 bilhões de homens do próximo século, mas os 500 milhões de habitantes da Europa Ocidental e da América do Norte causam hoje ao meio ambiente tantos estragos como o fariam (se existissem) dez bilhões de indianos” (DUPUY, s/d, p. 27 – 28).

Certamente nunca ouvimos e nem ouviríamos tal dado sendo reverberado na mídia comercial, pois a *questão ambiental é tratada como um problema técnico, em nome de um suposto desenvolvimento sustentável igualitário e de progresso da humanidade*. Questões políticas, sociais, culturais e econômicas, são subjacentes ao processo de degradação da natureza e o modo de vida do Ocidente industrializado não é questionado.

Ao longo da história a questão ambiental sempre esteve presente, colocando em xeque os modelos de civilização. As tentativas de conter os abusos dos recursos naturais datam do Egito Antigo, empreendidos pelo rei Ikhnoton, há mais de 3.000 anos. Na sociedade egípcia os recursos naturais tinham um valor histórico próprio (com suas características econômicas, políticas, sociais e culturais), o que fez com que a questão ambiental fosse uma questão de sobrevivência, e não uma ‘visão de conservação’ ou ‘consciência ambiental’, como querem todos àqueles que trabalham com ‘Educação Ambiental’. Da mesma forma, o rei Eduardo IV, da Inglaterra (em período bem posterior) – considerado conservacionista – “proibiu a posse de cisnes por parte de qualquer pessoa cujas terras valessem menos do que cinco marcos por ano, tornando o cisne um símbolo da aristocracia” (BRÜGGER, 1994, p. 22), assim, o rei Eduardo IV torna-se um homem de sua época, ou seja, de determinado período histórico que tinha na ‘conservação’ dos cisnes um símbolo social de ‘status’ de nobreza, assim como hoje é ‘politicamente correto’ e saudável do ponto de vista da propaganda e do mercado que toda empresa ‘preserve a natureza’.

Outro exemplo, mais próximo de nós, é a questão da descrição da natureza por parte dos ‘descobridores’ do Brasil, é o caso – por exemplo - de Pero Vaz Caminha e a sua terra



“onde as águas são muitas, infindas’ e onde existe um camarão ‘como em nenhum tempo vi tamanho” (PÁDUA, 1987, p.97), ou seja, a natureza brasileira é passível de ser explorada em larga escala para benefício do projeto do pacto colonial, onde as colônias mandam matérias-primas para as suas metrópoles e as metrópoles vendem produtos manufaturados para as suas colônias (tese clássica de Caio Prado Júnior), tudo regulamentado pela ordem mercantilista européia. Conclusão:

“o que devia existir era uma terra-árvore de tinta, uma terra-solos para a monocultura, uma terra-minas de ouro, um espaço natural que se identificava pelos seus elementos passíveis de exploração lucrativa” (PÁDUA, 1987, p.19).

Uma pergunta importante que devemos fazer, após vermos esses exemplos históricos, é se à margem de preocupações das questões ambientais, que na maioria das vezes não são tão ambientais assim, não estariam vinculados interesses de grupos ou pessoas isoladamente em explorar determinado recurso natural. Isso é tão palpável e verdadeiro, quanto as observações que José Bonifácio fez em 1815 denominada *Memória sobre a Necessidade e a Utilidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal*. Segundo Bonifácio há duas ordens de questões a serem observadas quanto à preservação das florestas: as naturais ou cósmicas (os efeitos na sociedade) e as políticas. Quanto às naturais, a questão está na relação de causa e efeito existente entre a presença de florestas e a possibilidade da vida humana, o que chamaríamos ‘modernamente’ de pensamento ambiental. Quanto às questões políticas o personagem histórico destaca “o fato das matas provocarem o aumento das rendas públicas, a auto-suficiência para os arsenais e estaleiro e a redução da dependência externa e das importações, (...)” (PÁDUA, 1987, p.32).

Talvez Bonifácio seja o precursor da sociedade sustentável, tanto em relação a Portugal quanto em relação ao Brasil, pois tinha uma visão de preservação aliada ao ganho econômico e social. José Bonifácio (citado por Viola em Pádua): “não via um antagonismo básico entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente, desde que esse crescimento estivesse calcado numa utilização racional e não predatória dos recursos naturais” (PÁDUA, 1987, p.36).

De qualquer maneira, José Bonifácio é um exemplo prático de um estadista que tem no uso racional da natureza uma forma de desenvolvimento, ou seja, ele representa determinado grupo que tem interesse prático na exploração. Assim, ele também justifica a exploração econômica a uma justificativa técnica, fato que hoje é largamente explorado pelos capitalistas de plantão (Fundo Monetário Internacional, mercado, etc...).



A questão ambiental, portanto, nos moldes de como nos é apresentada, representa um grande fato ‘negativo’ para toda a humanidade, gerando inclusive um sentimento de impotência e de ação. Diria que há uma ‘negativa ambiental’ ou ‘negativa à vida’, à medida que quando os problemas ambientais são apresentados ou ‘conscientizados’ para a população eles já estão, inconscientemente e, muitas vezes na prática, fora de controle. Estamos vivendo tragédias ambientais no mundo, e no Brasil em particular, que nem mesmo temos idéia do grau de proporções dos problemas, justamente por apresentar-se – na maioria dos casos – como problemas técnicos. Presenciamos uma série de acidentes ambientais – envolvendo óleo - com a Petrobrás, onde pudemos avaliar, superficialmente com um conhecimento leigo, o grau dos desastres pela quantidade de peixes mortos. Nossa relação sociedade - natureza, no Brasil, é uma relação herdada de 500 anos de um passado que sempre viu nessa uma fonte de lucro, inesgotável e próspero. Nem mesmo os ‘apagões’ que o país, “vira e mexe” vive, foram capazes de despertarem um pensamento crítico associado à má administração, investimentos precários ou mesmo falta de manutenção de linhas de transmissão de energia. O que o governo brasileiro utiliza – nestes casos – é a idéia de que a falta de chuva (sic) – *natural* – que prejudica o fornecimento de energia para o país. Assim, quando o problema da questão ambiental não é técnico, passa a ser “natural”, ou seja, a técnica e a natureza caminham juntas no mundo moderno. De qualquer maneira, a sociedade é levada a acreditar que a solução dos problemas ambientais passa pela questão de privatizações puras e simples, sem mesmo questionar o atual modelo de desenvolvimento social adotado. “a atual crise ambiental é (...) muito mais a crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza” (BRÜGGER, 1994, p. 27).

A Professora Brügger nos pergunta porque é apenas nos últimos vinte ou trinta anos que a questão ambiental tem sido problematizada em termos globais. Bem, ela nos responde com três fatores: a) o poder de destruição planetária gerada pela atividade industrial, b) a devastação que atinge todas as camadas sociais, em especial os pobres, c) o noticiário diário: o que acontece em determinado ponto do Planeta não é mais desconhecido pelo restante da ‘aldeia global’, pois as telecomunicações espalharam as notícias (não utilizarei o termo ‘democratizaram’ as notícias, porque essa é uma ‘democracia plugada’, sendo que àqueles que estão ‘fora das tomadas’ não tem as mesmas oportunidades de pensar sobre as informações disponibilizadas; mais, quais são as agências de notícias que controlam a informação? Certamente não são isentas e nem tampouco “ingênuas” na seleção). A esse respeito é interessante uma passagem do texto do Professor Domenico de Masi, em *A Sociedade Pós-Industrial*:



(...), com o advento da era pós-industrial, um dos elementos principais é constituído pela difusão das informações pelos veículos de comunicação: isto é, um fenômeno caracterizado por uma propagação e por uma penetração extremamente rápidas, que contestam diretamente os modos de pensar, os esquemas mentais, as tradições, a cultura ideal e social dos milhões de pessoas que formam o público do rádio e da televisão (MAIS, 1999, p.29).

Acredito, também, como a Professora Paula Brügger, que é nos últimos vinte ou trinta anos, mais visivelmente, que a natureza tem dado sua resposta pelo mau uso de seus recursos, o que dentro de uma perspectiva racional era possível de se evitar. A crise da questão ambiental, portanto, é a crise da civilização industrial, uma crise gerada devido ao modo de produção desenvolvido sobre o uso intensivo dos recursos não-renováveis; mas, é também, a crise da hegemonia da luta e das relações homem-natureza e homem-homem.

História: questão ambiental e educação ambiental

A questão ambiental sempre esteve presente na História do Brasil, pois a relação com a natureza foi, em primeiro lugar, econômica. Daí para frente – de 1500 do ‘descobrimento’ até os dias de hoje - o estilo ‘civilizatório’ e o modelo social do país ficou em segundo plano. Para que a exploração econômica dos recursos naturais fosse – e ainda é – explorada o projeto nacional (se é que existiu algum!) privilegiou os portugueses no Brasil Colônia (1500 – 1822), os ingleses no Brasil Império (1822 – 1889) e os americanos e o mundo (leia-se, atualmente: chineses) ao longo da história republicana.

A fórmula utilizada para tirar o maior benefício possível do Brasil foi: *Natureza Exuberante versus Exploração Econômica*. O país, desde o seu ‘descobrimento’ até os dias atuais, foi incorporado ao sistema sócio-econômico internacional. A propaganda para que o projeto de exploração fosse levado à diante, foi a da própria natureza, exuberante e bela, que na terra tudo dá, segundo Caminha. Frei Vicente Salvador coloca o problema muito claramente:

O problema está nos colonizadores que, ‘por mais arraigados que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal (...) e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída (PÀDUA, 1987, p.20).



O pau-brasil foi o primeiro ganho econômico, assim, o país nasceu como um grande pau-brasil, passível de ser explorado pelos portugueses, mas, também, pelos piratas franceses. Isso ficou tão arraigado na alma brasileira que impôs uma ética da destruição aliada à vantagem econômica. O pior, entretanto, é que nem mesmo essa riqueza natural foi vista pelos portugueses como uma riqueza que poderia ser utilizada por mais tempo caso fosse protegida. A esse respeito nos fala Caio Prado Jr.:

Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas de onde se extraía a preciosa madeira (...) foi rápida a decadência da exploração do Pau-Brasil. Em alguns decênios esgotou-se o melhor das matas costeiras (...) e o negócio perdeu seu interesseⁱⁱ (PRADO JÚNIOR, 1971, p.25).

A conclusão do Professor José Augusto Pádua é de que o ato fundador do Brasil foi o de um projeto de exploração predatória da natureza, e, mais, os desenvolvimentos dos ciclos econômicos foram uma sucessão de 'desastres ecológicos'. Vejamos o que Caio Prado Jr tem a nos dizer sobre o ciclo do café no século XIX, resumindo o processo:

Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas no Brasil. A uma fase de intensa e rápida prosperidade seguia-se outra de estagnação e decadência. Já se vira isso, sem contar o longínquo caso do Pau-Brasil, na lavoura da cana-de-açúcar e do algodão do Norte e nas minas de ouro e diamante no Centro-sul. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo (...) Esses terrenos de fortes declives onde se plantaram os cafezais, não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries (PRADO JÚNIOR, 1971, p.163).

A natureza está historicamente incorporada na alma brasileira como uma forma de exploração predatória passível de diminuir os males sociais para a população que aqui está. Ela é um ganho em termos econômicos – desenvolvimento sustentável, modelos de desenvolvimento, etc... – mas, ao mesmo tempo, uma exuberância a ser explorada impiedosamente, tornando-se, portanto, insustentável. Como nos diz Pádua: “uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa de outro” (PÁDUA, 1987, p.20). Ela é, ainda, vista como uma parte produtiva do todo, tanto como uma fábrica. Sendo assim, propomos uma pergunta: Não seria preciso uma revisão de valores culturais e conhecimento histórico a fim de questionarmos esse modelo de desenvolvimento? A resposta é simples: sim. A forma é complicada: como? Propomos que isso seja feito dimensionando uma História das questões ambientais, a fim de acabarmos



com falsas ilusões do desenvolvimento sustentável que promete uma sociedade ambientalmente justa sem, contudo, mexer em seu status quo.

Entre tantos outros exemplos históricos a questão ambiental ainda não incorporou em seu estudo o campo da História, em contrapartida, a História também não incorporou uma contribuição mais efetiva para as questões ambientais. Volto ao exemplo do colega formado em História e que – para estudar ‘meio ambiente’ – aventou a possibilidade de fazê-lo nas áreas que ‘tem mais haver’ com o meio ambiente, Biologia, Geografia, etc... Quer dizer, ainda é muito presente no imaginário das pessoas que se propõem a estudar meio ambiente que o estudo das questões ambientais está presente em áreas acadêmicas que têm como formação aspectos físicos e ‘biologizantes’. Nesse sentido, portanto, os historiadores, por exemplo, preferem estudar as questões ambientais nessas áreas, sem conseguir enxergar a contribuição que a História tem a dar.

Bem, isso acontece porque ainda não temos um volume grande de trabalhos que tratem das questões ambientais do ponto de vista da História, ainda que o quadro esteja a começando a mudar. Talvez não tenhamos essa visão porque a chamada Educação Ambiental ainda é muito confundida com aspectos técnicos e *naturalizantes*. Devemos nos lembrar que a degradação da natureza tem sido associada a sociedades cujas diferenças são mais contrastantes, assim, a História tem uma obrigação moral e ética de trazer essa discussão para o seu campo de estudo.

Alguns trabalhos de campo de Educação Ambiental envolvem aspectos simbólicos, como plantar uma árvore, recolher o lixo reciclável, etc... Em muitos desses trabalhos a questão naturalizante é destacada e o aspecto conservacionista sobressai em lugar das questões sócio-econômicas. A Professora Brügger chama a atenção para isso, pois o que se está fazendo é na verdade um *adestramento ambiental*:

(...) a questão do adestramento costuma ter conseqüências mais drásticas entre os chamados países do Terceiro Mundo porque neles existe quase sempre uma orientação política descomprometida com a sua realidade sócio-cultural e ecológica (e conseqüentemente ambiental), que possibilita de um lado a espoliação desse patrimônio e de outro favorece a incorporação de ideologias e tecnologias importadas, muitas vezes inadequadas àquele contexto. O adestramento toma o lugar da educação começando pela compartimentalização do que não deveria ser compartimentalizado (BRÜGGER, 1994, p.37).

Outra questão muito séria, que envolve a Educação Ambiental, são as notícias alarmistas ou os prognósticos apocalípticos. Esse tipo de informação torna as questões ambientais desgastadas e jogadas em um imenso *vazio*. É necessário ultrapassarmos essa



perspectiva e considerarmos a expressão 'meio ambiente', também, em sua dimensão sócio-histórica, pois a questão exige que os homens sejam responsabilizados pelos seus atos. As questões ambientais são produzidas pelos homens que, obviamente, são produtores de sua própria história.

Referências Bibliográficas

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Santa Catarina: Editora Letras Contemporâneas, 1994.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Editora Gaia, 1994.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à Crítica da Ecologia Política.** São Paulo: Editora Civilização Brasileira. s/d.

DURANT, Will. **A História da Filosofia.** São Paulo: Editora Nova Cultural. Coleção Os Pensadores, 1997.

FERREIRA, Márcia Ondina V. & GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Fragmentos da Globalização na Educação.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 2000.

MASI, Domenico de. **A Sociedade Pós-Industrial.** São Paulo: Editora Senac, 1999.

MORAES, Antônio Carlos R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PÁDUA, José Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

Jornais:

Jornal Folha de São Paulo 19/01/01.

Jornal Folha de São Paulo, 07/07/01

